

Publicação Mensal

2015

nº 7

Julho

ano

31

ISSN 1981-5522

BDA

Boletim de Direito Administrativo

NDJ30 anos

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

REFLEXÕES A RESPEITO DA MOTIVAÇÃO NA ATIVIDADE NORMATIVA REGULATÓRIA (Rafael Hamze Issa) **795**

A JUSTIÇA ADMINISTRATIVA EM PERSPECTIVA COMPARADA (Fabrício Quixadá Steindorfer Proença) **805**

AS AGÊNCIAS REGULADORAS E O CONTROLE JUDICIAL (Oscimar Valporto Moreno) **814**

O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: O FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE (Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia e Júnior Ananias Castro) **846**

LEI E REGULAMENTO: APONTAMENTOS SOBRE O CARÁTER INOVADOR INERENTE A TODAS AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO PODER NORMATIVO ESTATAL (Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho) **856**

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAIS DE CONTAS – Execução das decisões de condenação patrimonial – Ministério Público atuante ou não junto às Cortes de Contas – Ilegitimidade ativa para a propositura da ação executiva, seja no âmbito federal ou estadual – Legitimidade do ente público beneficiário da condenação imposta – Não cabimento da interpretação ampliativa do art. 129, inc. III, da CF/1988 (STF) **865**

CREF – Profissional formado na modalidade licenciatura de graduação plena para atuação na educação básica – Pretensão exercício da profissão na área destinada àqueles que concluíram o curso na modalidade bacharelado – Inadmissibilidade – Cursos distintos com disciplinas e objetivos particulares (STJ) **869**

PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR – Alegada veiculação paga na Internet – Não caracterização – Divulgação de análises financeiras, projeções econômicas e perspectivas envolvendo

possíveis cenários políticos – Utilização da ferramenta Google AdWords – Inexistência de afronta ao art. 57-C, § 1º, inc. I, da Lei nº 9.504/1997 (TSE) **875**

RPV – Lei estadual – Dispositivo que estabelece limite de valor submetido a sequestro de quantia nas contas do Estado, suas autarquias e fundações – Inconstitucionalidade – Regramento sobre Direito Processual Civil – Matéria de competência privativa da União – Criação de sistemática própria permitindo ao Executivo definir o que pretende pagar a título de RPV – Trâmite de ADIn. no STF – Ausência de justificativa para a suspensão do julgamento deste incidente de inconstitucionalidade – Necessidade de solução a centenas de feitos que reclamam jurisdição (TJRS) **889**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Caracterização – Concurso público – Provimento do cargo de Agente de Polícia Federal – Aprovação e admissão do candidato no curso de formação profissional – Exclusão do certame sob alegação de descumprimento das exigências da investigação social – Suposta homossexualidade – Adoção de preferência sexual como fator de discriminação – Afronta ao direito à igualdade, à inviolabilidade da intimidade e da vida privada – Ofensa à imagem e à honra – Nexo causal caracterizado – Direito à nomeação e posse reconhecido em decisão judicial transitada em julgado – Indenização por danos materiais e morais – Valor da indenização por danos extrapatrimoniais pautados nos critérios da proporcionalidade, da moderação e da razoabilidade (TRF1ªR) **898**

PROFESSOR – Docentes em universidades federais e institutos de educação, ciência e tecnologia – Regulamento das entidades de ensino – Necessidade da inclusão de norma que vede a mudança de regime de trabalho para o de dedicação exclusiva dos educadores que estejam há, no mínimo, cinco anos de adquirir o direito à aposentadoria (TCU) **911**

ÍNDICE 919